



# ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

---

**INSTITUTO BRASILEIRO DE Ementa do Curso**

**ENSINO,**

**DESENVOLVIMENTO E**

**PESQUISA**

O funcionamento das instituições precisa estar corretamente calibrado de forma a contribuir com uma eficiente coordenação do sistema econômico e a promover o desenvolvimento econômico.

**PROGRAMA DE**

**DOUTORADO**

**PROFISSIONAL EM**

**ADMINISTRAÇÃO**

**PÚBLICA**

O Estado é fundamental neste processo, pois tem o papel de criar várias das regras que fazem a condução da sociedade. As normas e as decisões judiciais, juntamente com os instrumentos que obrigam todos a cumpri-las (polícia, judiciário, fiscalização sanitária, receita federal, agências reguladoras etc.), fornecem um conjunto de incentivos aos cidadãos e às empresas, que têm reflexos sobre a eficiência das transações econômicas.

Carga Horária: 40h

Créditos: 02

Categoria: Obrigatória

A Economia disponibiliza uma teoria comportamental, baseada em como as pessoas respondem a incentivos, que permite prever a reação delas diante dos dispositivos legais, superando a intuição e o senso comum. Nesse sentido, serão estudados tópicos de disciplinas como Nova Economia Institucional, Análise Econômica do Direito, Economia do Setor Público, Economia Comportamental, Teoria dos Jogos, Políticas Públicas e Legística, de forma que os alunos adquiram conhecimento teórico e aplicado para promover um melhor funcionamento das engrenagens no setor público, favorecendo desenvolvimento econômico.

## **Objetivos do Curso**

Discutir teorias e instrumentos que possam ser aplicados ao funcionamento do Estado e à construção das intervenções públicas, permitindo ao aluno desenvolver capacidade de examinar criticamente as ações estatais, com foco no desenvolvimento econômico.

## Módulo I

### Leituras Obrigatórias

---

Meneguín, F. B.; Melo, A. P. A. Uma nova abordagem para a regulação econômica: *soft regulation*. Revista Do Serviço Público, 73(2), 199-218, 2022. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6739>

---

### Leituras Complementares

---

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; BEGG, D. (2003). Introdução à Economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

---

FIANI, Ronaldo. (2011). Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier.

---

OLSON, M. (1965). The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups. Harvard University Press.

---

BUGARIN, Mauricio; MENEGUIN, Fernando B. (2016). Incentivos à corrupção e à inação no serviço público: Uma análise de desenho de mecanismos. Estud. Econ., São Paulo, v. 46, n. 1, p. 43-89.

---

## Módulo II

### Leituras Obrigatórias

---

Capítulo 4 - Balizas para uma metodologia e estudos de caso Em MENEGUIN, F. B.; SILVA, R. S. (org.). Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

---

### Leituras Complementares

---

SOARES, F. M. Legística e Desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, nº 50, p. 124-142, jan. – jul./2007. Disponível em:

<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/31>

---

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Regulação Ótima e a Atuação do Judiciário: uma Aplicação de Teoria dos Jogos. Economic Analysis of Law Review, v. 6, nº1, jan-jun/2015.

---

MENEGUIN, F. B. Qual a quantidade ótima de intervenção judicial nas políticas públicas? Brasil, Economia e Governo, fev/2014.

Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/02/10/qual-a-quantidade-otima-de-intervencao-judicial-nas-politicas-publicas/>

---

## Módulo III

### Leituras Obrigatórias

---

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

---

### Leituras Complementares

---

TIMM, Luciano Benetti (org.). Direito e Economia no Brasil: estudos sobre a análise econômica do direito. 5ª edição. São Paulo: Editora Foco, 2023.

---

MENEGUIN, F. B; NERY, P. F. A Reforma Política sob o Ponto de Vista da Análise Econômica do Direito. **Economic Analysis of Law Review**, EALR, V. 9, nº 1, p. 113-133, Jan-Abr, 2018.

---

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S. A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. *Economia Aplicada*, Set 2008, vol.12, no.3, p.341-363.

---

KAPLOW, L; SHAVELL, S. (2004). *Decision Analysis, Game Theory, and Information*. Foundation Press.

---

## Módulo IV

### Leituras Obrigatórias

---

Mueller, B. Análise Institucional de Direito e Economia: o papel central de direitos de propriedade e custos de transação. *Revista Estudos Institucionais*, v. 9, n. 1, p. 1 - 20, jan./abr. 2023

---

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. "Law and Economics, 6th edition" (2016). Berkeley Law Books. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/books/2/>

---

MENEGUIN, F.B.; ÁVILA, F. A Economia Comportamental Aplicada a Políticas Públicas. In: ÁVILA, F.; BIANCHI, A. M. (Org.). Guia de economia comportamental e experimental. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.

---

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, T. T. S. (2017). O Dilema entre a Eficiência de Curto e de Longo Prazo no Ordenamento Jurídico e o Impacto no Crescimento Econômico. *Revista Direito Público*, Volume 13, n. 74, 2017, 9-29, mar-abr 2017 Porto Alegre: IDP. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2710>

---

### Leituras Complementares

---

TIMM, Luciano Benetti (org.). *Direito e Economia no Brasil: estudos sobre a análise econômica do direito*. 5ª edição. São Paulo: Editora Foco, 2023.

---

ZYLBERSTAJN, D.; STAJN, R. *Direito & Economia – Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

---

SANTOS, P. F. O.; MENEGUIN, F. B. (2014). Há incompatibilidade entre eficiência e legalidade? *Revista de informação legislativa*, v. 51, n. 201, pp. 7-16, jan./mar- 2014. Brasília: Senado Federal. Disponível no endereço <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/502949>

---